

BIBLIOGRAFIA

São problemas que temos de deixar em suspenso. Registemos apenas a interferência dos investigadores portugueses neste debate. Van Gennep faz precisamente notar, nas suas considerações sôbre o meu artigo, que as descobertas de Alvão tiveram por consequência que o problema de Glozel interessasse mais directamente aos nossos compatriotas do que aos estudiosos doutros países.

A. A. MENDES CORREIA.

HISTORIA E FILOGIA

JACOB SAMUEL WIJLER: *ISAAC DE PINTO, SA VIE ET SES ŒUVRES*, s. d., Apeldoorn, 116 pág.;

SAMUEL SCHWARZ: *OS CRISTÃOS NOVOS EM PORTUGAL NO SÉCULO XX*, Lisboa, 1925, XXII e 110 pág.;

FRANCISCO MANUEL ALVES, REITOR DE BAÇAL: *OS JUDEUS NO DISTRITO DE BRAGANÇA*, Bragança, 1925, CXIV e 209 pág.;

LUCIEN WOLF: *REPORT ON THE MARRANOS OR CRYPTO-JEWS OF PORTUGAL*, Londres, 1926, 20 pág.

ISAAC Pinto, ou de Pinto, consoante se assinava por affectação de nobreza, é a figura proeminente do judaísmo português no século XVIII, e a última de realce entre os correligionários de Holanda. Homem superior pela inteligência e cultura, afamado pela riqueza, não há dúvida que foi no seu tempo uma das pessoas em evidência nos meios ilustrados da Europa.

O estudo de Wijler, tese para doutoramento em Letras e Ciências na Universidade de Amsterdão, é principalmente consagrado às opiniões do judeu famoso, manifestadas em seus escritos. Uma das partes versa as ideias económicas, políticas e religiosas; outra a célebre controvérsia com Voltaire, acêrca do valor moral da raça hebraica; mas uma divisão preliminar, com a resenha biográfica, oferece-nos algumas notas não destituídas de interêsse para o conhecimento da individualidade.

Os de Pinto — diz-nos o autor — eram uma antiga família honrada e

rica, possuidora de títulos de nobreza. A verdade é que um antepassado cristão novô tinha ido, em 1607, com mulher e filhos, da Península para Antuérpia, onde provávelmente, como tantos outros, praticava o judaísmo a ocultas. O primeiro da família a estabelecer-se em Holanda foi um filho dêste, de nome Gil Lopes Pinto, residente algum tempo em Roterdão e depois passado a Haia. Seria talvez seu neto David Pinto, pai de Isaac, segundo génito, que veio ao mundo em 1717, já em Amsterdão. Não se sabe ao certo, se provinham de Portugal ou de Espanha; mas um e outro país eram pátria comum dos hebreus, e estes, de qualquer das partes, designados no estrangeiro por portugueses. Quanto à nobreza hereditária, a qualidade de cristãos novos e o corriqueiro apelido, aniquilam a pretensão. O que não embarçou os reis de armas de Holanda, quando lhes riscaram o brasão pomposo — de ouro com cinco crescentes de vermelho — que figura em várias obras heráldicas, entre as quais a *Armaria das familias distintas holandesas*, por onde a fidalguia da estirpe em todo o tempo se provará.

Os crescentes de vermelho eram o emblema dos Pintos de Portugal, e data o brasão do século XIII. O primeiro a usá-lo, assim como ao apelido, foi D. João Garcia de Sousa, senhor de Alegrete, governador de Lamego em 1250, a quem, dizem alguns linhagistas, por ser mui bizarro e gentil de figura, chamaram o *Pinto*. Outros contam que o nome lhe deu o rei Afonso III, quando o viu tornar ensangüentado de certo combate com os mouros no Algarve. Em suma, Pinto lhe ficou por alcunha, e êle a tomou para apelido de família. Na mesma ocasião adoptou por armas os crescentes, em memória de cinco estandartes, que seu pai, o Conde Mendo de Sousa, tinha arrancado em Mértola aos mouros. Por êste fácil meio o judeu de Amsterdão entroncaria na estirpe nobilíssima dos Sousas, e, se não mentem os nobiliários, através dela no rei Egica, grande perseguidor de seus maiores no tempo dos godos.

Mais plausível será que o sangue de Isaac Pinto andasse nas veias de Lopo Dias Pinto, de Beja, que abjurou em forma o judaísmo e foi incluído no perdão geral de 1605, comprado por um milhão e setecentos mil cruzados de dádiva dos cristãos novos à coroa (o primeiro dos Pintos chegou a Antuérpia em 1607, como sabemos); ou de António Lopes Pinto, de Santarém, que deixou viúva a Beatriz Pinto, queimada no auto de 28 de Novembro de 1621, em Lisboa, por diminuta, devido isso a não ter denunciado nas confissões os filhos e o segundo marido. Gil Lopes Pinto se chamava o avô de Isaac, que introduziu a família em Holanda; e, se tão vulgar apelido é frágil indício de parentesco, a coincidência do

BIBLIOGRAFIA

sobrenome cria já uma aproximação. Como quer que fôsse, todos os Pintos de Portugal e Brasil — e são legiões dêles — poderiam reivindicar as cinco luas do senhor de Alegrete, com direito igual ao dos homónimos da Holanda. E com a circunstância de serem poucos dêles descendentes de conversos, entre os quais não era freqüente o apelido, como se vê das listas dos autos-de-fé.

Parecerá frívola nos tempos de agora a discussão. Neto de Egica e dos Sousas, ou dos correligionários que há mil e duzentos anos se rebelaram contra o rei gôdo, Isaac Pinto é o mesmo homem. Cada um vale por suas acções e pensamentos e não por genealogias, embora concorram estas para fabricar a individualidade. Às vezes é necessário rejeitar a herança e romper por novos rumos. Tal foi o caso de Espinosa. Êste de Isaac Pinto merece nota como sintoma de psicologia colectiva. Não contentes, êle e muitos outros judeus peninsulares, de se julgarem o escol da raça, por descenderem da tribo de Judá, (« Diante de ti, Judá, se prostrarão os filhos de teu pai »; assim Jacob diz no *Genesis*), emquanto as demais provêm só de Benjamim, o último dos filhos; não satisfeitos dessa alegada superioridade entre os da mesma estirpe, buscam também adquiri-la, e por meios parecidos, entre os que são de outro credo e outro sangue. Não sou eu o que trago à praça o ridículo. Foi Pinto; são os israelitas de brasão de armas; são os da casta que, desvanecidos, como o biógrafo de Isaac Pinto, crêem a estes só pela palavra.

Pinto, que figura no conto do *Homem dos quarenta escudos*, de Voltaire, residiu por algum tempo em França, onde entretinha relações de amizade com pessoas de alta jerarquia. As que teve com o Duque de Richelieu facultaram-lhe intervir, quando êste era governador da Guiena, na perseguição que os judeus portugueses de Bordéus moviam aos correligionários de Avinhão, invocando seus privilégios para os fazer expulsas da cidade e da província. A carta de súplica, dirigida ao Marechal, foi publicada na obra de Th. Malvezin, *Histoire des juifs à Bordeaux*. Outra, de recomendação a favor de Marat, como homem de letras por êle apreciado, e que a êsse tempo fazia parte da criadagem do Conde de Artois, irmão de Luís XVI, é dos poucos documentos que restam de sua mão.

Os judeus holandeses, sempre nas melhores relações com a casa de Orange, prestaram-lhe bons serviços. Os de Isaac Pinto não foram insignificantes. Por suas diligências o *Stadhouder* Guilherme IV foi eleito Director Geral das duas Companhias das Índias neerlandesas, Orientais e Ocidentais, o que, sendo útil às sociedades, favorecia a acção política

LUSITANIA

do Príncipe e lhe proporcionava vantagens pecuniárias. Também por sua intervenção e conselhos, se acomodaram as divergências, entre as Companhias das Índias inglesa e francesa, facilitando assim a paz das duas nações competidoras, em 1763. Como capitalistas, êle e parentes seus participaram largamente em empréstimos aos governos neerlandês e britânico, serviço notável em uma época na qual nem o crédito dos Estados tinha como hoje a primazia, nem a finança internacional se achava organizada ainda. Desta arte de uma e outra banda do Canal Inglês a raça adquiria proeminência.

Segundo a voz corrente, a riqueza de Isaac Pinto, herdada e aumentada com sua indústria, devia ser imensa. Certo viajante inglês, que visitou em 1709 a casa onde êle nasceu, refere ter visto lá uma sala com o pavimento de moedas de ouro. Mas outro visitante, desta vez alemão, indo cinqüenta anos depois, debalde procurou o assoalho maravilhoso. Certo é, todavia, existirem na casa muitas preciosidades. A residência de verão, no arrabalde, denominada Tulpenburg, Mansão das Túlipas — que riqueza da flor prezada na Holanda ostentariam os jardins! — excitava a admiração dos visitantes, e estimulava a musa de poetas adaladores do proprietário.

Em 1767 Pinto deu à estampa o *Ensaio sobre o luxo*, obra estimável, incluída mais tarde no *Tratado da circulação e do crédito*. Um e outro escrito alcançaram grande voga, para que contribuiu o interesse votado na época aos assuntos económicos. A obra completa, publicada em 1771, foi traduzida em alemão e inglês. Mas não só esta espécie de literatura ocupava os ócios do autor. Em 1771 saiu a lume o seu *Compêndio dos argumentos contra o materialismo*, com pretensões a refutar o *Sistema da natureza*, do Barão de Holbach. Como bom hebreu, não podia furtar-se Isaac Pinto a meditar nas relações do homem com o seu criador. Contudo, fugindo à tradição da sinagoga, não duvida mostrar-se indulgente para com os incrédulos. — «Tolerância é a minha divisa (diz êle). Lastimo os ateus, mas não está na mão de ninguém ser crente só por ter vontade disso. O ateu pode ser homem de bem, humano, caridoso e compassivo; tenho visto alguns exemplos». Todavia em outro lugar afirma: «Debalde fazem os materialistas o elogio da moral; carece de base a virtude se porventura Deus não existe». Na opinião de Wijler, Pinto era deísta. Em nenhuma parte do livro alude à Bíblia nem a religião revelada. Em todo o caso não faltava às práticas exteriores do culto, e em Amsterdão freqüentava a sinagoga, de que foi um dos administradores (*Parnassim*) em 1748.

BIBLIOGRAFIA

Dessa época é o escrito *Reflexões políticas tocante a constituição da nação judaica*, em português, de que o título, assim expresso, pode enganar os desprevenidos, mas cujo significado o seguimento explica: exposição do estado económico da associação cultural, suas desordens, meio de as remediar. Nada de política, no sentido mais comum da palavra. Nação judaica no significado que lhe davam os israelitas da terra: grémio dos da estirpe; e, em acepção menos lata, a sinagoga, centro da vida espiritual, pela qual de facto constituíam nação à parte.

Obra realmente de feição política são as *Cartas americanas*, em francês, como os demais escritos do autor, excepto o antecedente: três panfletos, publicados em 1776, contra os revolucionários das colónias britânicas. No parecer de Pinto não passavam êles de uma irrequieta minoria; zelantes calvinistas, animados do espírito de Cromwel, a tiranizarem a gente de bem. A uma de suas invectivas, pelo menos, não se deve negar o fundamento. Referindo-se a episódios da vida colonial: «Nada iguala os acessos de fanatismo e os paroxismos de superstição, que reinavam na baía de Massachussets. Leiam-se as cruezas bárbaras ali praticadas por tanto tempo, e os assassínios que pretendiam ser judiciários, de supostos feiticeiros!» Mais bárbaro, se possível, era ainda o trato infligido aos nativos, em que não sei se o autor insistiria. Estas publicações suscitaram contraditores, e um dêles acusou a Pinto de vendido aos ingleses. O motivo era uma pensão de 500 Libras, com que a Companhia das Índias lhe remunerava serviços prestados anteriormente, para a paz com França. Mas o adversário dos americanos obedecia apenas a razões de sentimento: amigo da Inglaterra seria com certeza, e a fortuna que possuía, de todos conhecida, o punha ao abrigo da acusação.

É provável todavia que nem as obras literárias, nem a riqueza de Isaac Pinto lhe conservassem a nomeada, se não fôsse o escrito, com que saíu a reclamar, contra os motejos de Voltaire, a consideração devida à sua raça. Certamente que ao fazê-lo excluía os irmãos de crença não oriundos da Península, plebe desprezível. Já vimos como usou do seu crédito para fazer expelir de Bordéus os israelitas de Avinhão, a pretexto de não estarem compreendidos no privilégio outorgado pelos reis de França aos judeus portugueses. Estes, argüia Pinto na polémica célebre, em todo o tempo se têm distinguido dos demais, que sempre viveram no opróbrio e na miséria. Não por culpa própria — acrescenta em guisa de atenuação — mas pela de seus perseguidores. Não é sem ironia que Moisés Mendelssohn, a águia da raça no mesmo século, propõe não tome a mal o escritor aproveitarem do seu esforço também os correligionários tudescos.

LVSITANIA

Porque em suma — diz êle — filhos de um mesmo pai somos todos, ainda que tal a apologia não queira.

Na realidade o escrito de Pinto (*Réflexions critiques sur le premier chapitre du 7^e tome des Œuvres de M. de Voltaire*), embora pretendendo ser a defesa do povo judaico na generalidade, tinha por objecto principal justificar o acto pouco recomendável dos judeus burdigalenses, com respeito aos correligionários de Avinhão. A êsse fim mira a demonstração dos dotes superiores dos portugueses, que lhes facultavam direito ao privilégio. É natural que o exclusivismo dos homens de Bordéus desse causa à reprovação geral, e a protestos entre os judeus de origem diferente; a êsses respondia Isaac Pinto, com o pretexto de refutar a Voltaire. Tal é a opinião de Wijler, confirmada pela circunstância de ser o escrito feito, como declara o autor, a solicitação de Jacob Rodrigues Pereira, agente dos israelitas de Bordéus, e a pedido de quem Isaac Pinto intervieria anos antes para alcançar a expulsão. Se o motivo da apologia fôsse unicamente defender a casta de refêrencias ofensivas em uma obra literária, não teria o escritor esperado seis anos, que tantos decorreram entre a aparição do volume de Voltaire e a réplica, para se defrontar com o injusto agressor. Alguns trechos das *Reflexões criticas*, transcritas por Wijler, elucidam quanto basta sôbre o sentido daquela, aliás geralmente conhecido.

Já vimos como Mendelssohn considerava a obra do correligionário: útil à raça, mas presunçosa. Menos indulgente é o anónimo que, dizendo-se judeu veneziano, responde: « A superioridade que pretende ter a nação portuguesa sôbre as demais nações [entenda-se que de israelitas] dia a dia diminui, e tempo há de vir em que de todo se desvaneça, e até da mesma fantasia dos homens se evapore ». Os factos justificaram a insinuação, que na época se podia attribuir a despeito. Hoje o judeu hispânico, o Sefardi, possui quasi só valor histórico. O expoente da raça passou ao Askenasi, da Alemanha e da Polónia, o tudesco do tempo de Isaac Pinto.

Passados mais de dois séculos de perseguição intensa; sustida esta e aplicada a outros fins a actividade do Santo Officio; eliminados pelo exílio voluntário os inadptáveis, o judaísmo parecia ter desaparecido da Península. O próprio nome de cristão novo, designação de opróbrío, fôra excluído da fraseologia official. Os róis das fintas, com que por diversas vezes, no passado, os do sangue precito haviam ganho tratamento mais

BIBLIOGRAFIA

suave, achavam-se destruídos, e com êles a certidão, perpétua de vileza das famílias. Nada agora separava os habitantes do país em duas classes, quanto à origem: cristãos velhos, portugueses lídimos, cristãos novos, ou, como se designavam e eram designados, gente da nação.

E contudo, em certas regiões, naquelas justamente onde a perseguição se desenrolou com mais fúria, Israel conservou e conserva seus adeptos. No íntimo das famílias, no recesso dos lares provincianos, aquelas mesmas práticas pelas quais tantos haviam padecido prisões, tormentos, mortes, exílios, indigência: candeia acesa em sexta-feira de tarde, pães ázimos pela Páscoa, jejuns, abstinências, rezas sem o nome de Jesus, singularidades com os defuntos e lutos; tudo em suma que da fé antiga puderam guardar nos tempos da opressão os perseguidos, tudo permanece ainda entre os descendentes como uso tradicional.

Á volta dêles não deixou de pairar, como outrora, uma desconfiança hostil, de que se resguardam pelo mistério. Em 1808, a indignação popular pelas depredações da soldadesca, envolveu no mesmo ódio o francês invasor e o judeu, supondo a êste cúmplice do inimigo. Em várias terras rebentaram tumultos, e alguns indivíduos da raça dos cristãos novos perderam a vida.

Sucede por isso que ainda agora, na Beira e Trás-os-Montes, os que de uns para outros se dizem judeus, não declaram facilmente as suas práticas. Foi a custo que o Sr. Samuel Schwarz, israelita polaco, autor do livro estimável *Os cristãos novos em Portugal no século XX*, conseguiu lograr a confiança dêstes — seus irmãos de crença, direi, posto-que degenerados. Isto porém somente quando lhe ouviram pronunciar, em certa prece hebraica, o nome santo de Adonai, único vocábulo que da língua sagrada entendem.

A descrição do encontro e dos usos locais; muitas orações, a maior parte em verso, e em algumas das quais o Sr. Schwarz pretende ver influxo do idioma da Bíblia, mas que evidentemente têm o cunho do nosso folclore, e da poesia religiosa popular; um prefácio do Dr. Ricardo Jorge, onde estuam entusiasmos por Israel e seu génio, dão considerável interêsse ao volume.

Algumas observações são verdadeiramente curiosas. A solidariedade que em tôda a parte distingue a raça, e em virtude da qual suas desditas e triunfos se propagam pelo mundo fora como as de nenhuma outra gente, existe também entre as congêneres da nossa terra. O nome de judeu,

LUSITANIA

dizia um dêles, morador em Belmonte, ao Sr. Schwarz, vem de nos ajudarmos uns aos outros. Etimologia susceptível de se abonar nos costumes, se a rejeitam as gramáticas.

Talvez por isso mesmo, ainda hoje, aquela atmosfera de hostilidade, a que me referi, mais ou menos declarada, rodeia os conhecidos por judeus. Uma de suas manifestações é a tradição local dos *abafadores* ou *afogadores*, indivíduos que tinham por funções apressar a morte dos correligionários agonizantes, pelo modo que a palavra indica. Calúnia? Interpretação malévola de visitas suspeitas ao moribundo? O autor consagra um capítulo a refutar a acusação. Em todo o tempo os judeus foram argüidos de crimes singulares. O rapto de crianças, e o assassinio designado por morte ritual, para lhes beber o sangue, às vezes pondo-as na cruz em mofa ao suplício do Salvador, continua a ser-lhes atribuído, o intento pelo menos, em certos lugares da Europa oriental. Na Península a imputação é mais rara; mas já o acto se encontra previsto nas leis das Partidas de Afonso X, e em 1491 dois judeus foram pelo crime executados em Avila e três queimados em effigie. A tradição do *Santo niño de La Guardia*, suposta vítima, de que nunca se provou a existência, venera-se ainda agora em Espanha. Em Portugal não há notícia de semelhante delicto.

Tornemos porém aos *abafadores*. Ministros da morte ou não, a lenda ou memória dêles não se extinguiu por emquanto nas comarcas onde mais perdurou o judaísmo. Em Castelo Branco, Penamacor, Covilhã — nesta última terra uma porta sim outra não é de judeus, disseram ao Sr. Schwarz — é fama que certas pessoas, ainda vivas, exerceram outrora o mister. Pode também ser que não só os cristãos novos seguissem a prática. Em Castelo de Vide, localidade onde actualmente não consta haver judeus, a tarefa cabia a mulheres designadas por *acabadeiras*.

Refere-nos isto o autor do estudo *Os judeus no distrito de Bragança*, Padre Francisco Manuel Alves, Reitor de Baçal, em Trás-os-Montes, grande investigador das memórias da sua província. O livro recomenda-se aos curiosos, noviços no assunto, por uma relação sufficiente dos usos judaicos; aos iniciados pelo extracto das listas dos autos-de-fé, relativo às pessoas de Bragança e seu têrmo, processadas na Inquisição por judaísmo. De perto de 1800 nomes, que ali se encontram, alguns evocarão ao leitor outros de agora, porventura muito de sua familiaridade, e de que não suspeitava a origem.

BIBLIOGRAFIA

O estudo do sr. Samuel Schwarz acordou intuitos de propaganda na sinagoga lisbonense. Êle próprio, oriundo de terra em que pululam os doutores da Lei, e com zêlo minucioso se observam os ritos mosaicos, cedeu a impulsos de propagandista. Do influxo do seu escrito, e da sua acção pessoal, creio, resultou um apêlo às comunidades israelitas do estrangeiro, para que auxiliassem o renascimento de Israel em seus antigos lares. Cumpria não deixar perder de modo definitivo as reminiscências cultuais, de que êle encontrara os vestígios em certas povoações portuguesas. As grandes associações judaicas, que velam pelos destinos da religião e da raça, a *Aliança Israelita Universal*, de Paris, e a *Associação Anglo-Judaica*, de Londres, interessaram-se pelo caso, e acordaram mandar a Lisboa um delegado, para que o estudasse. Foi êste o conhecido publicista Lucien Wolf, que em circunstanciado relatório deu conta de suas impressões às sociedades comitentes.

Era propósito dos israelitas de Lisboa promoverem a difusão do judaísmo fundando um colégio, aonde pudessem vir os filhos daquelas famílias de cristãos novos, em que permanecem ainda as recordações dos ritos de seus maiores. Os alunos, educados na atmosfera do judaísmo, tornando às suas terras, fariam desabrochar, pelo exemplo e pela persuasão, o sentimento religioso, latente em muitas almas, e que por falta de ambiente apropriado não ousa declarar-se.

O efeito da visita de exame não correspondeu às esperanças dos que o tinham provocado. O colégio seria instituição dispendiosa; da propaganda podiam seguir-se perigos. Nem o número nem a qualidade dos prosélitos em perspectiva justificaria o esforço pecuniário, requerido aos correligionários de fora. O autor do relatório não concorda com a suposição de existirem em Portugal 10.000 famílias de marranos, que o Sr. Schwarz aventura. Se se trata das que ainda praticam os resíduos dos ritos mosaicos, o número é sem dúvida excessivo; se dos que de feito descendem de antigos conversos, temos de o considerar muito abaixo da realidade. Sucede mais que nunca estes híbridos crentes buscaram aproximar-se da sinagoga, prova da sua indiferença em matéria cultural. Não o diz o relatório, mas tenho por sem dúvida, e assim pensará talvez o autor, que os ritos de que o Sr. Schwarz viu a persistência, não passam de superstições herdadas, efeito de hábitos adquiridos, e na actualidade sem nenhum fundamento espiritual.

O Sr. Lucien Wolf não limitou a sua informação ao que podia colhêr entre os correligionários. Portador certamente de recomendações poderosas, quis ouvir o Presidente da República e o do Ministério. Um e outro

LUSITANIA

lhe seguraram tôda a sua simpatia pela obra que tinha em vista, digamos, pela maior difusão do judaísmo em Portugal¹. Também os interessados no assunto lhe certificaram poderem contar os propagandistas com a protecção do govêrno, e dos partidos anticatólicos. Aqui o Sr. Lucien Wolf, observador subtil, reconheceu que por tal caminho deslisava a sua causa para chão escorregadio.— «Tanto basta (assim escreve) para claramente se enxergar a gravidade da questão. Importaria em tornar a causa judaica apanágio dos inimigos da Igreja, motivando ressentimentos dentro e fora de Portugal, e até provâvelmente manifestações da Sé de Roma».

Muito judiciosamente o emissário das associações judaicas temeu despertar o antisemitismo em Portugal; talvez também em Espanha; quando em um e outro país verificou existirem disposições simpáticas para com os da sua raça. Ao Dr. Ricardo Jorge não se lhe daria de ver difundido o culto antigo, entre os descendentes daqueles que em outro tempo o professaram e por êle padeceram. Seria como que uma restauração do *lusitanismo arcaico*, vivendo em paz e lado a lado a Toura e o Evangelho, como diz no citado prólogo. Por mim não sei se valeria a pena, só por amor do pitoresco, e sem nenhuma vantagem espiritual ou material, introduzir mais êsse fundamento de discórdias, que certamente viria a ser, na já tão dividida sociedade portuguesa. O Sr. Lucien Wolf, sujeito de representação no judaísmo contemporâneo, e que ama as soluções práticas, cuidou que assim julga também. Pelo menos, e por enquanto, módica é a sua confiança na utilidade e êxito das conversões.

J. LÚCIO D'AZEVEDO.

TRAVEL AND TRAVELLERS OF THE MIDDLE AGES, edited by Arthur Percival Newton, Rhodes Professor of Imperial History in the University of London. Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner e Co., Ltd, 1926.

ÊSTE belo volume de mais de duzentas páginas, formato «royal octavo», magnificamente encadernado e ilustrado, além de impresso em óptimo papel, faz parte da nova série «The History of Civilization», com razão chamada pelos seus editores «satupendous undertaking» e «one of the

¹ Respectivamente os Srs. Dr. Bernardino Machado e António Maria da Silva.